

## ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES: O CASO DO AMAZONAS

*The School of Apprentice Craftsmen: the case of Amazonas*

Juliana de Azevedo Pereira<sup>1</sup>  
Nathaly Schelbauer D'Oliveira<sup>2</sup>  
Mara Rúbia Sant'Anna<sup>3</sup>

Grupo de pesquisa “Moda, Artes, Ensino e Sociedade”<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo consiste na discussão acerca da criação e condição de funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), estabelecidas a partir do decreto nº 7.566/1909, do governo de Nilo Peçanha. A discussão direciona a atenção à EAA do Amazonas, entre o período de 1910-1926, enfatizando impasses relativos à densa carga horária imposta aos aprendizes, bem como as condições sanitárias, geográficas e estruturais do educandário, focando em justificativas legais e soluções ou a falta destas para os problemas.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Artífices; Amazonas; Ensino Profissionalizante.

**Abstract:** The article consists of a discussion about the creation and condition of constitution of the Schools of Apprentice Craftsmen (EAA), from the decree nº 7.566/1909, of the Government of Nilo Peçanha. A discussion directed to the EAA of Amazonas, during the learning period 1910-1926, emphasizing impasses related to the workload defined for attention, as well as the geographic, sanitary and structural conditions of the school, solutions focusing on legal requirements and the lack of these, for the problems found.

**Keywords:** School of Apprentice Craftsmen; State of Amazonas; Vocational Education.

### Introdução

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa interinstitucional, em andamento, “Escolas de Artes e Ofícios no Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda”, e procura, por meio da discussão sobre as Escolas de Aprendizes Artífice (EAA), instituições de profissionalização masculina, analisar suas condições de funcionamento, especificamente da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, durante o período de 1910-1926, bem como, sua grade de horário, seus problemas relativos ao espaço físico, qualificação dos docentes e evasão escolar dos aprendizes da oficina de alfaiataria. Embora que não

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Moda e bolsista de Iniciação Científica do Laboratório Moda, Artes, Ensino e Sociedade (LabMAES) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Moda e bolsista de Iniciação Científica do Laboratório Moda, Artes, Ensino e Sociedade (LabMAES) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutora em História pela Université de Strasbourg, pós-doutorado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>4</sup> Grupo de pesquisa liderado por Mara Rúbia Sant'Anna.


haja ênfase na importância das formações oferecidas pelas escolas de artes e ofícios, vê-se evidente a conexão desse passado com a criação dos cursos superiores de moda. Para isso, realizou-se pesquisas em artigos, dissertações, teses, relatórios ministeriais, anúncios de jornais relativos ao ofício de alfaiataria na capital amazonense, e decretos relacionados às EAA, aliados a uma entrevista com Ana Cláudia Ribeiro de Souza, doutora em história social pela PUC-SP, autora da dissertação *Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942)*, defendida no ano de 2002.

### **Criação da Escola de Aprendizes Artífices**

Instaurada pelo decreto federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) foram criadas com o intuito de fornecer um ensino profissional primário e gratuito para “os filhos dos desfavorecidos de fortuna” (BRASIL, 1909). Segundo vários estudiosos do tema, a preocupação do governo com a instauração do ensino profissionalizante no Brasil era formar uma classe trabalhadora que fosse ordeira, pacata e diferente da classe operária da Europa não afeita a revoluções e ideias comunistas (SILVA, 2016; D’ANGELO, 2000). Logo, o Decreto nº 7.566/1909 formalizou uma estratégia educacional com fins de obter o controle social do país.

No contexto de crescimento urbano e populacional do século XX, na recente República brasileira, via-se como necessário evitar que os menores de classes populares se rendessem à criminalidade, numa preocupação de caráter filantrópico e político, bem como, formar operários qualificados para o processo de industrialização, como preconizava o modelo econômico anunciado. Nesse meio, surgiram as EAA, um projeto de formação de uma sociedade para o trabalho, que ofereceria preparo técnico e intelectual para que adolescentes e jovens vencessem as adversidades impostas pela precariedade da vida material, pois, conforme a ideologia Positivista predominante na inauguração da República e consubstanciada pelo Decreto nº 7.566/1909: um dos primeiros deveres do Governo da República era formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Pensava-se na construção de uma sociedade do trabalho, onde menores considerados como potenciais desordeiros, geralmente filhos das classes proletárias, receberiam instrução através de uma rígida disciplina. Faz-se necessário destacar que a qualificação que se pensava era voltada para o trabalho manual, em oposição ao trabalho intelectual. (SILVA, 2016, p. 76)



Diante a esses interesses, era o objetivo criar uma EAA em cada capital de estados brasileiros<sup>5</sup>, em edifícios pertencentes à União. No entanto, o Rio Grande do Sul não foi contemplado, por já possuir em sua capital uma instituição de natureza semelhante (SILVA, 2016), e algumas outras capitais por motivos similares ou bem diversos.

Com o regime de externato, o período para o aprendizado de uma oficina era de quatro anos, com 10 meses de duração para o ano letivo. O funcionamento das EAA era das 10h às 16h, não podendo ultrapassar quatro horas de aula por dia para os alunos do 1º e 2º ano, e seis horas de aula para alunos do 3º e 4º ano. Além das oficinas, era oferecido os cursos noturnos<sup>6</sup> primário, obrigatório a quem não soubesse ler, escrever e fazer contas, e o de desenho, também obrigatório aos aprendizes. Era dever do diretor das respectivas escolas a criação de programas de cursos das EAA, em consenso com os professores e mestres, sob a aprovação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (BRASIL, 1911).

### **As dificuldades enfrentadas pelas Escolas de Aprendizes Artífices do Amazonas**

Criada próxima ao período de desaceleração da economia da borracha, a Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas (EAA-AM) sofreu severamente com as condições sanitárias inadequadas, espaço incompatível às atividades educativas, a falta de materiais apropriados para o ensino de ofícios e com a baixa frequência escolar dos aprendizes. Sendo a penúltima escola a ser instalada no país após o decreto de Nilo Peçanha, a inauguração da EAA-AM ocorreu no dia 1º de outubro de 1910, com as matrículas efetuadas no mesmo ano, para o início do período escolar em 1911, com vagas para as oficinas de marcenaria e alfaiataria (ANDRADE, 2015).

Inicialmente situada na “Chácara Afonso de Carvalho”, a localização da EAA-AM demonstrou ser inadequada, visto que a área escolhida era longe do centro urbano da cidade e de difícil acesso aos aprendizes que necessitavam de transportes coletivos para chegarem até a escola. Como mais um dos problemas relatados pelo diretor Generino G. Maciel no relatório de 1914, a

<sup>5</sup> Efetivamente foram instaladas EAA nos seguintes estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

<sup>6</sup> Inicialmente criados como cursos noturnos primário e de desenho para os aprendizes, logo passaram a funcionar durante o dia, junto com as oficinas. Para o turno da noite criaram-se dois cursos de aperfeiçoamento também primário e de desenho, pelo Decreto nº 13.064, de 12 de junho de 1918. No entanto, com duração de duas horas diárias, eram destinados aos operários com idade superior a 16 anos. (D'ANGELO, 2000).

escola estava situada em um dos principais focos de impaludismo<sup>7</sup> da cidade, colocando em risco a saúde de aprendizes e profissionais (ANDRADE, 2015).

Não foram localizados todos os relatórios da escola do Amazonas, contudo, em dois limites: 1914 – 1935, os relatórios permanecem a reafirmar a localização e as condições físicas do prédio da escola como problemas sérios para a sua existência:

O prédio não oferece conforto de espécie alguma quer aos alunos quer aos funcionários que ali trabalham. A casa já serviu de feira suburbana, de construção inadequada ao ensino e de adaptação impraticável à escola, é um armazém de alvenaria e madeira (...). Acresce que a localização não é menos prejudicial à Escola, um tanto afastada da zona urbana da cidade (CPDOC, 1935, GC g 1934.00.00/1 25)<sup>8</sup>.

Como consequência das dificuldades enfrentadas pelos aprendizes nas EAA, a cada ano aumentava ainda mais o número de evasão escolar. Além dos problemas referentes às condições sanitárias da instituição, a EAA não possuía a estrutura de internato, com todas as despesas pagas a seus estudantes. Portanto, a maioria dos jovens, provindos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, não podiam se manter apenas estudando. As idas e vindas diárias eram motivos de despesas, assim como a alimentação necessária para uma jornada de 8 horas de estudos. Soma-se o fato de o estudante não receber qualquer ajuda como bolsas de estudo ou estágios remunerados. Igualmente, o jovem que se dedicava aos estudos impedia a própria família de ser beneficiada com o seu trabalho ou salário e gerava ainda mais despesas para ela.

Com a crise da borracha e os problemas internos da EAA-AM, na oficina de alfaiataria, houve a redução das matrículas em diversos anos, como apresentado nos “Relatórios do Ministro da Agricultura”. Em 1913, houve a matrícula total de 12 aprendizes (6 do 1º ano, 1 do 2º, 5 do 3º e 0 do 4º ano), com a frequência de 7,3. Em 1916, a mesma oficina teve 10 matriculados (8 no 1º ano, 1 no 2º e 3º ano e 0 no 4º ano), porém a frequência média foi de apenas 5 aprendizes.

Como estratégias para reduzir os números de evasão estudantil, foi garantido a merenda escolar para os aprendizes, por meio da portaria assinada em 26 de setembro de 1922 (SILVA, 2014). Quanto a essa medida Santos e Azevedo (2018), descrevem que apesar de ter sido um fator para o aumento do número de matrículas, não foi o suficiente para a permanência dos alunos nas escolas. Outra medida tomada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico foi a

<sup>7</sup> Doença infecciosa - também conhecida como “Malária” - transmitida por mosquitos, é causada por protozoários parasitários do gênero *Plasmodium*, com reações graves e até mesmo a morte do contaminado.

<sup>8</sup> Ortografia das palavras atualizadas para a norma vigente.

reformulação do currículo, dessa vez único e universal para todas as EAA, com o propósito de formar operários e contramestres e, assim, condicionar o corpo docente a uma prática educacional padrão.

### **O currículo e a baixa frequência dos alunos na EAA-AM**

Sem as condições próprias para permanecerem nas oficinas era comum o abandono das aulas. Quando não as abandonavam, tornava-se habitual a reprovação desses alunos pela baixa frequência escolar ou pelo mau desempenho nas avaliações (CINTRA, 2004). Enfim, as frustrações eram imensas, as possibilidades de superá-las não provinham da instituição escolar que as provocavam e o estigma de incompetência, preguiça ou algo semelhante por não concluir o curso profissionalizante recaía apenas sobre o próprio estudante.

Para pontuar melhor sobre a carga horária densa dos aprendizes, recriamos parte da tabela de horário<sup>9</sup> das aulas e oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, presente no Relatório da EAA-AM de 1915, e na dissertação de Ana Cláudia Ribeiro da Silva.

Como observado pelo link disponível, as matérias eram repetitivas, maçantes e não havia intervalo para alimentação, descanso ou recreação livre pela manhã. A ênfase se encontra na repetição e memorização, como o título “ditado” aponta em matérias presentes em todos os anos de formação. Apesar de o ensino ser intitulado como “profissionalizante”, em um dia de aula, apenas algo em torno de 50% da carga horária era destinada ao desenvolvimento de habilidades como o desenho e a aprendizagem do ofício escolhido, totalizando 150 minutos no 1º e 2º ano e 240 minutos nos dois últimos anos de formação.

Diante a intensa carga horária, Souza (2002) relata que em seis anos de existência da EAA-AM, apenas dois alunos concluíram os cursos: Arnaldo Carpanetti, curso especial de desenho e Ildefonso Olindo dos Santos, de alfaiataria, aluno da primeira turma da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Link para a tabela: <https://drive.google.com/file/d/1qN0ZEXOBCKIGaNUOX9oCdEf4LwSIXaLg/view?usp=sharing>

<sup>10</sup> Após pesquisas feitas no Jornal do Commercio (AM), em 1925 descobriu-se que esse primeiro aluno formado na oficina de alfaiataria da EAA-AM tornou-se professor adjunto da mesma instituição anos depois, o que evidencia um mecanismo de formação de professores distinto do previsto em lei (1919) e até hoje muito presente em cursos como os Bacharelados em Moda, nos quais os ex-alunos assumem a função de docentes com recorrência após a conclusão da graduação e alguma pós-graduação em diversas áreas de conhecimento.

Diferente do que foi concebido desde a criação das EAA, em 1926 foi estabelecido um currículo único como mencionado acima (CINTRA, 2004). Pela falta de uma documentação precisa sobre os currículos no estado do Amazonas, utilizou-se o trabalho de Cintra (2004): “O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis (1913-1968)”, que aborda este assunto de uma maneira ampla, incluindo todos os estados contemplados com as escolas.

Nesse novo currículo a formação dos aprendizes passa a ter duração de seis anos, medida que evidencia o total descolamento da lei com as causas do fracasso constatado das EAA.

O novo currículo ampliado em 2 anos, conforme Fonseca (1986) descreve, abrangia as seguintes seções:

- Pré-profissional: formariam artífices ou operários.<sup>11</sup>
- Industrial: formariam artífices ou operários.<sup>12</sup>
- Especial: formariam contra-mestres industriais.

Cintra (2004) afirma que nos últimos quatro anos, havia a aprendizagem técnica do ofício escolhido por cada aluno. Se antes havia programas das oficinas definidos pelos diretores e mestres, sob a aprovação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 1926, as oficinas foram separadas pelo ensino de profissões, sendo elas relacionadas a:

Artes decorativas; Trabalhos de madeira; Construções metálicas; Eletro-química e eletro-técnica; Condução de maquinismos; Artes gráficas; Artes têxteis; Trabalhos em couro e fabrico de calçados; Corte e feitura de vestuários; Lavares femininos; Contabilidade industrial, organização e administração de oficinas (FONSECA, 1986, p. 253).

Nessa divisão, a oficina de alfaiataria estava presente na seção de “Corte e feitura de vestuários”, organizada, segundo Cintra (2004) em:

- 1º ano – educação elementar e preparatória
- 2º ano – educação elementar
- 3º ano – costura a mão
- 4º ano – feitura e acabamento
- 1º ano complementar – moldes e cortes
- 2º ano complementar – especialização (CINTRA, 2004, p. 88)

<sup>11</sup> Segundo o referido autor, era focado nas “primeiras letras, lições intuitivas, desenho, geometria prática, cultura física, trabalhos manuais” (FONSECA, 1986, p. 252-253).

<sup>12</sup> Abrangiam: “português, matemáticas aplicadas, noções de física e química, geografia industrial, elementos de resistência dos materiais e de história natural, desenho ornamental e industrial, contabilidade industrial, educação cívica e moral, higiene das oficinas e do operário, a tecnologia correspondente a cada uma das artes ou ofícios” (FONSECA, 1986, p. 252-253).

Sem mais informações sobre a organização dessa oficina, quem foram seus professores ou conteúdos ministrados, tem-se apenas indícios do que foi implementado para todas as EAA, no entanto, não se sabe como, e se os programas criados foram implantados em todas as instituições.


Apesar da criação do currículo único e de cursos mais estruturados, conforme o ofício a ser dominado, os problemas já existentes no sistema criado para as EAA continuaram a existir relacionados às instalações, preparação de docentes e incentivo à permanência do estudante, o que manteve, conseqüentemente, os altos índices de evasão escolar.

Como desde o princípio, o estudante decidido por ter um ofício continuou pesando os encargos de adquirir o aprendizado necessário numa EAA ou buscá-lo no exercício profissional. Assim, para os aprendizes de alfaiate, as alfaiatarias independentes mantiveram-se boas opções para o aprendizado do ofício, e crescimento profissional, como desde outrora.

### **Considerações finais**

Sob o objetivo de analisar as condições de funcionamento das EAA, especificamente a Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas durante o período de 1910-1926, suas grades de horário, seus problemas relativos ao espaço físico, qualificação dos docentes e evasão escolar, nota-se que as soluções propostas para os problemas dessa instituição, desvincularam a responsabilidade do Estado sobre os aprendizes, que necessitavam de alimentação, saúde, transporte, desde os primeiros anos da criação das escolas. Entre os diversos obstáculos, conta-se também com os horários intensos de aulas, ocupando toda a jornada: matutino e vespertino, a despeito das condições sociais dos alunos que não os permitiam dedicarem-se inteiramente à escola.

Como apresentado, a formação de docentes deficitária e concentrada na capital federal, flexibilização excessiva na formulação dos currículos, estrutura física precária e poucos incentivos para a permanência dos aprendizes numa jornada exaustiva da manhã à noite levou o projeto das EAA ser mais “bonito” no papel do que na prática educacional. Logo, nada mais conseqüente do que a elevada evasão e a baixa empregabilidade dos aprendizes, o que ocasionou, numa avaliação rasa e preconceituosa de diferentes setores da sociedade, no passado e presente, a reafirmar o ensino profissionalizante como algo de segunda categoria no âmbito educacional e o seu público alvo – os



jovens de baixa renda – a serem pessoas desprovidas da capacidade intelectual e “talentos” para uma formação profissional adequada.

### Referências:

ANDRADE, Maria do Carmo. **A Formação de Professores para o Ensino Profissional e Tecnológico mediado pela Metodologia por Competências - a partir dos anos 70**. Orientador: Profa. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza. 292 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em:

<<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/59/1/A%20forma%20a7%20a3o%20de%20professores%20para%20o%20ensino%20profissional%20e%20tecnol%20b3gico%20mediado%20pela%20metodologia%20por%20compet%20aancias%20a%20partir%20dos%20anos%2070.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário gratuito, 1909a. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 mar 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento para as Escolas de Aprendizes Artífices, 1911. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CPDOC. “Relatório Referente aos Terrenos das Escolas de Aprendizes Artífices, 1935”. In. Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&Pesq=%22Amazonas%22&pagfis=26](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&Pesq=%22Amazonas%22&pagfis=26)>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CINTRA, Maria Cristina. **O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis (1913-1968)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004.

D’ANGELO, Márcia. **Caminhos para o Advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910–1930): Um Projeto das Elites para uma Sociedade Assalarizada**. Orientador: Profº Dr. Benedicto Heloiz Nascimento. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: ETN, 1986.



SANTOS, Gizelle Rodrigues dos; AZEVEDO, Márcio Adriano de. **A Alimentação Como Política Social Ao Longo da História do IFRN:** da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal à Escola Industrial de Natal. Revista brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, p. 1-15, 2018.

SILVA, Luisa de Marilac de Castro. **Entre o Desejável e o Possível:** a Escola de Aprendizizes Artífices do Rio Grande do Norte: 1909-1937. Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arisnete Câmara de Moraes. 160 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os Filhos dos Outros:** Trajetória Histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). Orientadora: Dr<sup>a</sup> Marlúcia Menezes de Paiva. 227 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **A escola de aprendizes artífices do Amazonas os caminhos de sua implantação e consolidação:** 1909-1942. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2002